

Procuradora nega prejuízo com 3ª Ponte

Gladys Bitran lembrou que pedágio foi calculado para quitar dívida em 12 anos

FERNANDA PORCARO

A procuradora-geral do Estado, Gladys Bitran, negou em depoimento ontem de manhã à CPI da Rodosol, que o Estado tenha levado um prejuízo de R\$ 5,3 milhões (em valores atuais), com o pagamento da dívida pela construção da primeira etapa da Terceira Ponte, à empresa Operações de Rodovias Ltda (ORL), em 1989.

De acordo com a procuradora, nos cálculos foram projetados valores do financiamento que a construtora obteve junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para terminar as obras, assim como encargos financeiros. Em 1989, o pedágio foi calculado de modo que a dívida do Governo junto à ORL fosse paga em 12 anos.

Gladys afirmou que a diferença de R\$ 5,3 milhões, apontada pelo auditor do Es-



Gildo Loyola

Explicação

Segundo Gladys, a diferença de R\$ 5,3 milhões só existiria se ORL não pagasse ao BNDES

tado Luciano Costa Reis, também em depoimento prestado à CPI, só existiria se os encargos da construtora junto ao BNDES não fossem quitados. "O que faria a cons-

trutora financiar a obra para o Estado, e isso não seria lícito. Acredito que não houve prejuízo", argumentou.

Além disso, ela afirmou que, à época, foi realizada a

análise dos valores calculados, que obtiveram o parecer jurídico e financeiro do Governo estadual.

Divergência

Para a presidente da CPI da Rodosol, que apura possíveis irregularidades na cobrança de pedágio da Terceira Ponte e no atraso na conclusão de obras pela empresa Rodosol, concessionária da Rodovia do Sol, Brice Bragato, havia duas formas que poderiam ser utilizadas para fazer os cálculos financeiros da dívida, o que está gerando uma divergência técnica que, segundo ela, "em breve será esclarecida".

De acordo com Brice, a subcomissão da qual o auditor Luciano Costa Reis fez parte entendeu que a correção sobre a dívida foi feita usando parâmetros equivocados. Em depoimento à CPI na semana passada, Reis afirmou que pode ter havido uma diferença no mecanismo de correção da dívida, o que teria causado um prejuízo de R\$ 5,3 milhões ao Estado.

A dívida teria sido abatida com a cobrança do pedágio aos usuários da Terceira Ponte, que começou a funcionar em 1989.

Sedit investiga fluxo de veículos

Em 30 dias a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e dos Transportes (Sedit) irá concluir um estudo sobre a contagem de veículos na Terceira Ponte. O objetivo, segundo o secretário da pasta Sílvio Roberto Ramos, é conhecer "elementos que propiciem meios eficazes de fiscalização do medidor do fluxo diário de veículos".

Segundo Ramos, os meios atuais "não são eficientes",

por isso, "é preciso conhecer todo o processo". Ontem, ele informou em depoimento à CPI da Rodosol que a Sedit está realizando uma auditoria no contrato de concessão firmado entre o Governo do Estado e a concessionária.

A assessora de imprensa da Rodosol, Maria do Carmo Calmon, afirmou que a fiscalização do fluxo de veículos é feita eletronicamente. Diariamente passam pela Terceira Ponte uma média de 50 mil

veículos, nas duas direções.

Já o secretário de Estado de Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino, em seu depoimento ontem, à CPI, afirmou que a Rodosol não está cumprindo "algumas condicionantes para o licenciamento ambiental". Dentre elas, plantio de mudas ao redor da Rodovia do Sol, recolhimento de animais e drenagem das vias. Ele afirmou que a empresa foi autuada em R\$ 210 mil.

A assessora de imprensa da

Rodosol informou que a concessionária "está cumprindo rigorosamente o contrato e que, às vezes, as condicionantes podem ser prejudicadas por força maior". A Rodosol, lembrou, recorreu à Justiça para chegar a um acordo com o Governo do Estado.

A CPI ouvirá na próxima terça-feira, às 9 horas, o prefeito de Vila Velha, Max Filho, e dois engenheiros do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (Dertes).